



Decentralized food systems and eating in localities: a multi-scale approach

Sistemas alimentares descentralizados e a alimentação nas localidades: uma abordagem multiescalar

Renato S. Maluf¹

¹Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: rsmaluf@gmail.com

Como citar: Maluf, R. S. (2021). Decentralized food systems and eating in localities: a multi-scale approach. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 59(4), e238782. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.238782> [É proibido citar a presente versão em português do artigo]

Abstract: This article describes a systemic approach to analyzing issues related to food and eating, starting with a review of the different meanings and uses of the notions of food systems and agri-food chains. A systemic, multi-scale approach is developed to support the proposed notion of decentralized food systems in an attempt to account for the complementarities, conflicts, and hybridisms that result from the coexistence of distinct food systems in terms of modes of production and distribution, flows of goods, and the shaping of eating habits. Special attention is paid to localities and respective territories as analytical spheres, with the introduction of empirical evidence from two studies conducted in the Brazilian localities of Juazeiro (Bahia) and Chapecó (Santa Catarina).

Keywords: food systems, food politics, food provisioning, family farming.

Resumo: O artigo trata da utilização do enfoque sistêmico na análise de questões relacionadas com os alimentos e a alimentação, iniciando com uma revisão de diversas acepções e usos das noções de sistema alimentar e cadeias agroalimentares. Propõe uma abordagem sistêmica e multiescalar com base na noção de sistemas alimentares descentralizados, buscando dar conta das complementaridades, conflitos e hibridismos resultantes da coexistência de sistemas alimentares distintos em termos de modos de produção e circulação, fluxos de bens e formação de hábitos alimentares. Atenção especial é dada às localidades e aos respectivos territórios como plano de análise. Referências empíricas são extraídas de duas pesquisas realizadas nas localidades de Juazeiro (BA) e Chapecó (SC).

Palavras-chave: sistemas alimentares, política dos alimentos, abastecimento alimentar, agricultura familiar.

Introdução

É generalizado o uso da noção de sistema alimentar para construir abordagens abrangentes e integradas desde a produção e circulação dos bens alimentares até a esfera do seu consumo, sendo comum a referência a sistemas como recurso analítico autoexplicativo, não raro de forma descuidada. A abordagem aqui proposta retém elementos essenciais ao enfoque sistêmico e sua aplicação na análise dos alimentos e da alimentação. A dupla denominação diferencia os bens alimentares

(alimentos) e os modos como eles são apropriados (alimentação) e consumidos por indivíduos, famílias ou grupos sociais, porém, com a intenção de colocar lado a lado dois termos que não são sinônimos, mas se integram e se completam mutuamente¹. Tratar isoladamente os alimentos ou a alimentação desconhece o entrelaçamento que confere sentido pleno a ambos. Ademais, há que considerar a natureza multiescalar dos sistemas alimentares e identificar determinantes sistêmicos e tensões associadas a aspectos tão variados como, entre outros, má nutrição, hábitos alimentares, desigualdades sociais, corporações alimentares e modalidades de produção agroalimentar.

Pretende-se enfrentar a própria conceituação de sistema, o grau de complexidade pretendido com o uso desse enfoque e, neste caso, os componentes dos sistemas alimentares, as interações entre esses componentes e entre os sistemas. Há equívocos ou perdas ao classificar como sistema não mais do que um conjunto de atividades interligadas ou encadeadas na forma de cadeias ou redes; ou então ao limitar a dinâmica sistêmica à existência de múltiplos fatores atuando, de forma mecânica, na determinação de processos ou eventos. O presente ensaio desenvolve um enfoque sistêmico no qual sistemas alimentares constituem conjuntos complexos conformados pelos fluxos de interdependência entre seus componentes cuja evolução envolve complementaridades, conflitos e contradições, portanto, requerendo mecanismos públicos e privados de coordenação entre os componentes dos respectivos sistemas que têm funcionamento não harmônico e cuja evolução é aberta a várias possibilidades. Essa premissa fundamenta os objetivos de analisar a pluralidade de sistemas alimentares com distintas escalas e a coexistência entre eles, contribuir para a abordagem da alimentação nas localidades e respectivos territórios com base na noção de sistemas alimentares descentralizados, e extrair implicações para o abastecimento alimentar.

A conexão com o plano local ou territorial, bastante usual nas análises sobre os alimentos e a alimentação, parece ser obrigatória para explicitar os elos embutidos naquilo que se produz e se come, em especial, os vínculos com a cultura e o ambiente. Josué de Castro, no prefácio de 1946 ao *Geografia da Fome*, indicava o fenômeno da alimentação como o que melhor se presta ao estudo ecológico das correlações entre grupos humanos, os quadros regionais (o meio) que ocupam e os processos pelos quais as populações se organizam para satisfazer suas necessidades em alimentos; assim justificava recorrer a uma sondagem de natureza ecológica na análise do fenômeno da fome. (Castro [1946], 1992)

Não obstante, o abastecimento alimentar adquiriu novos contornos com a integração até o plano internacional da produção e circulação de alimentos sob hegemonia das grandes corporações, a complexidade das médias e grandes cidades

¹ Essa formulação analítica inspirou-se em Agamben (2017, p. 24).

e regiões metropolitanas acompanhada de transformações nas relações urbano-rural nos territórios, e a evolução dos padrões de consumo, em particular dos hábitos alimentares combinando padronização e diversificação. Além disso, as críticas aos padrões dominantes de produção, circulação e consumo de alimentos deram origem a amplo espectro de iniciativas ditas alternativas que, no dizer de Goodman e Dupuis e Goodman (2012), expressam a disputa pelo controle social sobre o provisãoamento alimentar refletida na política dos alimentos (*food politics*).

Uma conceituação que vai além do convencional e restrito tratamento da disponibilidade física e comercialização de bens agroalimentares encontra-se em Maluf (2017), segundo a qual o abastecimento alimentar engloba o conjunto diverso e complexo de atividades na esfera da circulação que medeiam o acesso aos alimentos e sua produção, atividades nas quais está envolvida uma diversidade de atores sociais, com destaque para os agentes econômicos privados e organismos de Estado. Trata-se também de uma problemática multiescalar em que são distintas as questões de abastecimento conforme se refiram aos âmbitos internacional e nacional (por exemplo, comércio internacional, grandes corporações, formação de preços, gestão de estoques, modalidades de agricultura, ocupação da terra, renda e acesso) ou aos territórios e localidades (por exemplo, distribuição e varejo de alimentos, disponibilidade e acesso físico, fluxos ou circuitos de bens).

No tocante às ações e políticas públicas, adota-se os preceitos da soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN) e do direito humano à alimentação adequada e saudável (DHA), com os significados atribuídos na construção social brasileira dessas noções (Leão & Maluf, 2012). Nesse marco, políticas soberanas de abastecimento alimentar abrangeriam as ações e instrumentos que promovam a ampliação do acesso a alimentos adequados e saudáveis oriundos de formas de produção e distribuição socialmente inclusivas, ambientalmente sustentáveis e valorizadoras da diversidade em suas várias expressões.

A noção de sistemas alimentares descentralizados (SAD) desdobra a abordagem multiescalar dos sistemas alimentares, chegando aos territórios e localidades para captar as interações entre sistemas com distintos âmbitos, dinâmicas econômicas, atores sociais e a política envolvida na disponibilidade e acesso aos alimentos e à alimentação. Assim, *sistemas alimentares descentralizados correspondem aos modos como se caracterizam a produção, circulação e consumo de alimentos nas localidades, resultantes do entrecruzamento de dinâmicas sistêmicas com âmbito local, nacional ou internacional envolvendo uma diversidade de atores sociais, conflitos e processos decisórios igualmente multiescalares.*

Por fim, com a noção de localidade busca-se uma referência sócio-espacial que não se restrinja a uma unidade espacial delimitada, mas sim como um lugar e um

espaço social imaginado onde eventos e encontros situacionais moldam os modos de vida e a vida social, conforme conceituação de Arce e Long (2010). Ainda mais próxima de questões colocadas neste texto, Carneiro (2008) propõe a noção de localidade para, superando a dualidade urbano-rural, referir-se a universos empiricamente referenciados de relações sociais específicas com componentes identitários materializados na relação com um espaço e com um conjunto de símbolos culturais. Buscando não incorrer na referida dualidade, na opção metodológica aqui adotada as localidades são unidades socioespaciais delimitadas a partir do núcleo urbano nas quais atores sociais e atividades vinculadas aos alimentos e à alimentação interagem na forma de relações de complementaridade, substituição e conflito, e são transpassadas por dinâmicas sistêmicas com distintas amplitudes que coexistem nos territórios respectivos. O principal elo entre o urbano e o rural, nesse caso, se estabelece pelo abastecimento alimentar, seja ele o entorno rural dos núcleos urbanos, seja o rural longínquo conectado por cadeias agroalimentares de maior alcance. Este elo tem as características de via de mão-dupla, embora com predominância de determinantes urbanos. Resulta daí uma abordagem que parte dos alimentos e da alimentação para chegar na produção e distribuição, alterando, quando não invertendo os sentidos com que são, comumente, analisadas as cadeias agroalimentares e as possibilidades da agricultura de base familiar e diversificada.

O artigo tem perfil ensaístico e não se baseia em pesquisa de campo específica, porém, serão introduzidas ao longo do texto informações oriundas de pesquisas recentes em duas localidades, a saber, Juazeiro (BA) e Chapecó (SC)². Os objetivos dessas pesquisas foram outros, mas seus resultados oferecem indicações que ilustram a conjugação entre formação de hábitos alimentares, composição de cardápios de famílias urbanas e rurais e coexistência de sistemas alimentares no abastecimento dessas localidades. Sem pretender uma análise comparativa, são também úteis as diferenças dos contextos socioespaciais.

Juazeiro está localizada no coração do semi árido nordestino³ e vem passando por mudanças profundas na produção, distribuição e consumo de alimentos com acentuados contrastes socioeconômicos e ambientais refletidos em sua paisagem

² A pesquisa de campo em Juazeiro contou com o apoio do projeto *Towards food sustainability: reshaping the coexistence of different food systems in South America and Africa* (CDE, University of Bern), e a pesquisa em Chapecó fez parte do projeto *Gouvernance alimentaire et pratiques des ménages agricoles: une approche par les flux d'approvisionnement alimentaire et la multi-localisation familiale* (GloFoodS, INRA/CIRAD)

³ A cidade de Juazeiro é o principal núcleo urbano do "Território "Sertão do São Francisco" produto de uma política de desenvolvimento territorial, englobando 10 municípios numa área de 61.778 mil km², onde residem aproximadamente 520 mil pessoas (2007), 44% delas concentradas em Juazeiro (Lasa & Santos, 2008)

(Luz & Maluf, 2019)⁴. Ao mesmo tempo, um "movimento alimentar" articulando organizações sociais e agências de governo confere complexidade à política dos alimentos numa região com forte herança cultural relacionada com alimentação, circuitos de proximidade e pequenos agricultores (Luz & Maluf, 2019). A cidade de Chapecó (SC) é também polo regional, mas com clima temperado no Sul do país, com a presença de grandes indústrias agroalimentares e agricultores capitalizados, boa parte deles descendentes de colonos italianos e alemães⁵.

A migração para a cidade, a chegada de "agentes externos" e o entrelaçamento urbano-rural se refletem no perfil populacional e na conformação de hábitos alimentares. O quadro de hábitos herdados e assimilados é, obviamente, mais complexo dada a influência dos agentes privados liderados pela indústria alimentar e redes de varejo, apoiados em intensa propaganda, fenômeno generalizado no país. Não obstante, atores sociais se mobilizam em torno da questão alimentar em Chapecó e região ressaltando a associação entre cultura alimentar local e agricultura diversificada de base familiar, à semelhança do que se passa em Juazeiro. Há características comuns a Juazeiro e Chapecó que permitem falar em componentes da política dos alimentos presentes em todo o Brasil, com as respectivas particularidades locais. Veremos também que o fato de a agricultura familiar ser importante portadora das culturas alimentares em ambos os territórios constitui um argumento poderoso em favor da valorização do seu papel no abastecimento alimentar, porém, é preciso uso apropriado do enfoque sistêmico para compreender os contextos e as possibilidades dessa valorização se viabilizar.

O texto a seguir encontra-se dividido em três seções, além dessa introdução e das considerações finais. A primeira seção faz breve revisão de apropriações do enfoque sistêmico e concepções de sistema alimentar presentes na literatura especializada. Na segunda seção apresenta-se a noção de sistemas alimentares descentralizados resultante da perspectiva multiescalar e referência para a análise territorializada do abastecimento alimentar. A terceira seção introduz a dimensão política do abastecimento alimentar, componente central da política dos alimentos com implicações na análise dos sistemas alimentares.

Sobre Sistemas Alimentares

⁴ Paisagem não apenas como recurso para descrição gráfica, mas também como representação de formas particulares de visão geográfica (Cosgrove, 2008). Josué de Castro intitulou um de seus livros como "Geografia Humana: um estudo da paisagem cultural do mundo". Restaria desenvolver a noção de paisagem alimentar.

⁵ Com população estimada em 216.654 habitantes em 2018, Chapecó passou por rápido crescimento populacional e intensa urbanização nas últimas décadas, com mais de 90% da população residindo em área considerada urbana. É classificado como município intermediário que polariza a área rural do Oeste Catarinense, mesorregião que reúne 118 municípios e cerca de 1,6 milhão de habitantes (IBGE, 2017).

A emergência do paradigma sistêmico reflete a percepção de que a realidade envolve um conjunto de elementos interligados e interdependentes e, portanto, demanda instrumentos analíticos e de intervenção compatíveis com essa premissa (Bertalanffy, 2008; Capra, 2003)⁶. Seguindo os primeiros passos dados pelas Ciências da Natureza, notadamente a Física e a Biologia, o pensamento sistêmico foi incorporado pelas Ciências Humanas e Sociais na análise de sistemas sociais em distintas direções. Mencione-se a apropriação precursora de Pareto (1917) aplicando a lógica mecanicista e a hipótese de equilíbrio para explicar estados sucessivos de um sistema social, por ser método analítico que ainda perdura e será aqui contraposto. Igualmente precursora e mais pertinente é a noção de sistemas sociais de ação com que Parsons (1951) analisa a interação entre atores individuais com uma perspectiva sistêmica e relacional. A "passagem" do enfoque sistêmico das Ciências da Natureza para as Ciências Sociais resultou em desenvolvimentos recentes sobre o entrelaçamento inseparável entre natureza e sociedade, principalmente nas abordagens dos sistemas alimentares. Vejam-se as formulações que colocam a alimentação como um dos elos fortes da conexão entre saúde humana e ecologia (Rayner & Lang, 2012), ou as que sugerem valorar os alimentos como parte dos bens comuns (Laerhoven & Ostrom, 2007; Vivero-Pol, 2017). Como afirmou Santos (2001), a abordagem sistêmica contribui para o estabelecimento nas Ciências Sociais de visões "não dualistas" do mundo.

Na abordagem aqui desenvolvida, sistemas sociais relacionados com os alimentos e a alimentação constituem conjuntos complexos de inter-relações entre seus componentes que evoluem com contradições, portanto, com conflito e desequilíbrio nas relações sistêmicas presentes nas dinâmicas econômicas, sociais e políticas (Burlandy, Magalhães & Maluf, 2006)⁷. Disso decorre a suposição de sistemas alimentares abertos a várias possibilidades e com funcionamento não harmônico⁸, com duas justificativas principais. Primeiro, supor sistemas abertos corresponde à reflexividade dos processos pelos quais a política dos alimentos se faz e incide sobre os sistemas. Segundo, adota-se a premissa de que os fluxos de interdependência sistêmica resultam em dinâmicas desequilibradas ou

⁶ Bertalanffy (2008) definiu sistema como "um complexo de elementos em interação", um todo que não se pode separar em partes independentes e com propriedades que nenhuma das partes tem, portanto, os todos organizados são composições e não meros agregados (Prado, 2011). Capra (2003) sustentou ser o pensamento sistêmico mais que holístico, pois lida com as partes e com o todo, e um pensamento "contextual" e "processual".

⁷ Encontra-se em Burlandy *et al* (2006) uma reflexão pioneira em dois planos distintos, porém articulados sobre o enfoque sistêmico enquanto instrumental analítico e como princípio organizacional das políticas de SSAN.

⁸ Perspectiva distinta da teoria geral dos sistemas de Bertalanffy e suas soluções matemáticas das múltiplas variáveis e mecanismos complexos presentes nos ecossistemas e sistemas sociais, econômicos e políticos (Prado, 2011), bem como dos sistemas abertos de Capra (2003) que têm a auto-regulação como propriedade chave e supõem sistemas em estado (quase) estacionário.

desequilibradoras que dinamizam as estruturas sociais (Hirschman, 1977)⁹, premissa que implica apartar-se de quaisquer suposições de fluxos circulares, soluções fechadas e modelos de equilíbrio.

Há modelos sistêmicos com vários graus de complexidade, sendo suficiente caracterizar e delimitar sistemas alimentares pela existência de fluxos de interdependência e de mecanismos de coordenação privados e públicos entre os componentes do sistema respectivo (Burlandy et al, 2006). Os fluxos de interdependência assentam-se em encadeamentos por onde se dão as relações simbióticas, interações e sinergias construídas na ação dos componentes do sistema. Eles promovem tanto a propagação sistêmica das estratégias dos agentes privados (grandes corporações) e das tendências da demanda, quanto a repercussão igualmente sistêmica da ação de fatores que extrapolam o sistema respectivo tais como a formação de preços ou iniciativas de política pública.

Já os mecanismos de coordenação resultam das complementaridades, tensões e conflitos característicos das relações entre agentes econômicos e atores sociais em geral nas quais incide (ou não) a atuação regulatória do Estado; eles podem refletir também propósitos específicos de políticas públicas. Há mecanismos com distintas naturezas, portanto, diferentes formatos e modos de funcionamento. Os mecanismos de mercado são tidos pela teoria econômica padrão como o mais eficiente e suficiente instrumento de coordenação ao orientar decisões econômicas privadas por meio do chamado sistema de preços. Bem outro é o significado dado aqui à coordenação sistêmica que se manifesta na forma de mecanismos ou espaços que podem expressar interação, complementaridade e também conflitos horizontais e verticais entre agentes privados e na relação destes com instâncias de Estado. Entre outros espaços e mecanismos, mencionem-se as diversas formas de associativismo, comitês setoriais, redes sociais e espaços de participação em políticas públicas, coexistindo com a capacidade de coordenação das atividades privadas de que dispõem agentes do porte das redes de distribuição e grandes agroindústrias.

Em síntese, as dinâmicas sistêmicas envolvem interdependência, complementaridades e conflitos entre os componentes dos sistemas que, portanto, têm funcionamento desequilibrado e aberto a várias soluções, não cabendo associar a ideia de sistema a circularidades, automatismos e funcionamento harmônico. Além disso, o "fundamento não reducionista" da razão sistêmica significa que o sentido do todo é dado pelas inter-relações entre as partes (Prado, 2011), de modo que a aplicação da noção de sistemas alimentares requer a presença desse "todo

⁹ Para Hirschman (1977), as inter-relações entre atividades encadeadas resultam em conjunto social desequilibrado e não harmônico impulsionado por mecanismos indutores de decisões pelos agentes nas várias etapas das cadeias. Em lugar de problema, a geração de desequilíbrios é dinamizadora das estruturas sociais.

englobante", papel desempenhado pelos alimentos e alimentação na abordagem aqui proposta. Nesses termos, os sistemas alimentares são mais do que a mera agregação de um conjunto de atividades interligadas, não admitindo o uso de forma indistinta ou intercambiável das noções de sistema e cadeia. As costumeiras análises das cadeias agroalimentares e complexos agroindustriais focalizam os encadeamentos de atividades de produção, circulação e consumo de alimentos e têm o mérito de não segmentar a análise, porém, se prestam a propósitos distintos¹⁰.

Proponho, assim, delimitar e caracterizar sistemas alimentares partindo dos alimentos e da alimentação como elemento nucleador da observação que joga luz sobre os atores, processos e tensões que conformam a política dos alimentos, com base numa abordagem multidimensional e multiescalar. As dinâmicas sistêmicas inserem-se em formações sociais das quais derivam as relações sociais, atividades econômicas e conflitos, de modo que a análise dos sistemas alimentares tem como pano de fundo o lugar dos alimentos e da alimentação no capitalismo em sua diversidade. No caso brasileiro, trata-se de uma variedade de capitalismo assentada em profundas desigualdades sociais e sob histórica e forte influência econômica e política da grande produção agroalimentar e do setor do agronegócio.

Admite-se a existência de uma questão alimentar no desenvolvimento dos países envolvendo negócios, poder, necessidades básicas e direitos humanos, fundamentado na importância social, econômica e política do acesso, disponibilidade e consumo de alimentos (Maluf, 1998). Entretanto, a esse argumento deve ser acrescentada a condição dos alimentos e, por meio deles, da agricultura como componentes importantes da acumulação capitalista e fontes de poder, à moda do enfoque nos regimes alimentares (Friedman & McMichael, 1989; McMichael, 2009). A abordagem dos sistemas alimentares se converte, então, em instrumento analítico auxiliar na análise das manifestações da questão alimentar no desenvolvimento capitalista. Nesses termos, os mecanismos de coordenação sistêmica, que não têm qualquer significado como promotores de dinâmicas harmônicas e circulares, passam a ser vistos como parte dos instrumentos de regulação indispensáveis em face dos conflitos intrínsecos ao capitalismo como apontado pela ótica da regulação social (Boyer, 2009), onde se manifesta a permanente tensão entre regulação pública e regulação privada (Harris-White, 1996). Em chave normativa, nota-se a dificuldade de tornar as intenções de desenvolver consistentes com os processos imanentes do desenvolvimento capitalista (Cowen & Shenton, 1996) nas tensões e conflitos em torno da promoção de modos de produzir, comercializar e consumir alimentos por meio de estratégias de

¹⁰ Para Louis Malassis (1983) – um dos precursores do uso da noção de cadeias (*filières*) no campo agroalimentar – a análise dos sistemas alimentares se aplica em face de relações intersetoriais fortes no interior do complexo agroalimentar.

desenvolvimento equitativas, sustentáveis, promotoras de saúde e valorizadoras da diversidade cultural e ambiental.

Recorro, agora, a alguns fundamentos e aplicações do enfoque sistêmico presentes na literatura com o intuito de aclarar aspectos da abordagem proposta sobre sistemas alimentares. Na conceituação pioneira de Louis Malassis (1993, p. 7), "*Um sistema alimentar é um conjunto de atividades coordenadas que permitem ao homem (sic) alimentar-se. É, também, a maneira como os homens (sic) se organizam, no espaço e no tempo, para obterem e consumirem os alimentos*". Essa formulação sintética e, aparentemente, simplificadora tem os méritos de partir da alimentação e do agenciamento humano para englobar o maior número de variáveis explicativas dos formatos assumidos pela produção, acesso e, em menor grau, do consumo dos alimentos, ao mesmo tempo em que contempla as dimensões espaço e tempo. Fica implícita a possibilidade de aplicar a noção de sistemas alimentares a circunstâncias e escalas tão distintas quanto a esfera familiar-domiciliar, as localidades e territórios, a escala nacional dos países e, mesmo, a escala mundial. Contudo, esse uso indiferenciado limita o alcance analítico do enfoque sistêmico a conjuntos interligados de componentes ou atividades, mesmo que isso contribua para superar a segmentação das abordagens.

A correspondência entre "sistemas de produção alimentar" e formas determinadas de organização social refletida na tendência a estruturas técnicas e sociais de natureza capitalista complexas e crescente divisão do trabalho social levou Malassis (1993) a diferenciar um setor artesanal, um cooperativo e um capitalista. O desenvolvimento conceitual aqui proposto segue direção um pouco distinta ao considerar que o agenciamento humano sobre os alimentos e a alimentação numa sociedade capitalista é perpassado por hegemonias e conflitos definidos na esfera da política (poder) e da economia (lógica do capital) que incidem nos modos de funcionamento de uma variedade de sistemas alimentares e na coexistência entre eles. Seguindo a ótica de Malassis na satisfação das necessidades humanas, a conceituação de sistemas alimentares de Rastoin & Ghersi (2010) acrescenta três aspectos importantes, a saber, redes de atores na formatação de sistemas, a idéia de interdependência ou encadeamento e a correlação com uma área geográfica determinada.

A noção precursora dos intentos de 'especializar' ou 'territorializar' a abordagem dos sistemas alimentares é a de "sistemas alimentares localizados" (SIAL) associando as características e operações de organizações de produção e serviços a um território específico, combinação que produz uma forma de organização agroalimentar em uma determinada escala espacial (CIRAD, 1996). Segundo Requier-Desjardins (2002; 2007), essa noção guarda similitudes com a de aglomerados (*clusters*) e torna os SIAL uma variedade agroalimentar de sistema

produtivo local, cujo cerne está na qualificação pela origem territorial e na eficácia competitiva de organizações ancoradas territorialmente. No Brasil, esse enfoque deu origem à criação da Rede Brasileira de Sistemas Agroalimentares Localizados cujo enfoque centra-se na valorização de recursos locais com base na relação entre sistemas agroalimentares e territórios e suas contribuições para as políticas públicas¹¹. Mencione-se, por fim, a noção de "sistemas alimentares territorializados", tributária dos SIAL, incorporando valores materiais e imateriais próprios do enfoque territorial, e direta conexão com os objetivos da segurança alimentar e sustentabilidade (Rastoin, 2014). Embora abrangentes nos fatores que consideram – tais como recursos específicos, modos de produção, cultura, e formas de governança – percebe-se nesse tipo de ancoragem a perspectiva de promover cadeias agroalimentares existentes em dado território.

Cabe, nesse ponto, diferenciar a perspectiva de espacialização do enfoque sistêmico contida na noção de sistemas alimentares descentralizados, pois embora estejam presentes referências a sistemas locais ou territoriais, trata-se de uma abordagem multiescalar que pressupõe a coexistência de sistemas com distintas amplitudes cuja coexistência torna mais complexa a própria realidade das localidades e territórios. Vale dizer, preserva-se a perspectiva sistêmica multiescalar também no plano das localidades e territórios nos quais se expressam dinâmicas entrelaçadas de produção e distribuição e tendências de consumo de alimentos com âmbitos internacional, nacional e subnacional (regional, territorial ou local).

Ao lado da diferenciação dos sistemas segundo a escala ou amplitude espacial, temos a diferenciação segundo a natureza dos bens ou dos processos que dão origem aos alimentos, procedimento onde é mais frequente o uso indiferenciado das noções de sistemas e cadeias. Esse é o caso dos cinco tipos ideais de sistemas alimentares proposto por Colonna, Fournier e Touzard (2013), denominados segundo os tipos de produtos e processos produtivos: sistema agroindustrial (cadeias longas de produção e consumo); sistema regional (pequenos e médios produtores integrantes de redes mais amplas); sistema doméstico (maior parte da produção para autoconsumo); sistema local (mercado informal, artesanal, circuitos curtos de produção e consumo); sistema alimentar com qualidade diferenciada (agroecológico, saudável, orgânico). Sendo sistemas que correspondem, mais propriamente, a cadeias, circuitos ou mesmo segmentos de mercado, esse critério permite a Morgan, Marsden e Murdoch (2006) associarem cada uma das cinco

¹¹ Ver: <http://redesialbrasil.blogspot.com/p/o-conceito-de-sial.html>.

categorias a mundos com convenções e mercados próprios¹², com distintas combinações dos diferentes sistemas conforme os países, regiões e localidades.

Sendo os alimentos e a alimentação a porta de entrada da abordagem aqui proposta sobre sistemas alimentares, é obrigatório adentrar no conjunto diversificado de bens alimentares que compõem a alimentação das pessoas. Primeiro, sabe-se que sua composição é determinada por distintos fatores, entre eles, renda ou classe social, hábitos culturais, normas alimentares e características dos respectivos ecossistemas. A alimentação envolve também correlações entre os componentes dos conjuntos de bens respectivos, pois os alimentos raramente são consumidos (adquiridos) sem conexão com outros bens, premissa que obriga não considerar os bens ou produtos em si ou isolados do conjunto do qual fazem parte, como é comum na economia convencional e em análises de cadeias de produtos agroalimentares. O enfoque sistêmico deve incorporar, ademais, as complexidades biológicas, econômicas e sociais e a dimensão simbólica envolvidas nas interações e circuitos pelos quais caminham os alimentos, pois neles é que se propicia grande parte da sobrevivência material de uma sociedade, elo forte e central na constituição da teia da subjetividade das localidades (Burlandy et al., 2006).

Cabe referir à abordagem de Fine, Heasman e Wright (1996) na qual a formatação de sistemas alimentares deriva dos significados associados ao consumo de alimentos, isto é, os sistemas alimentares se organizam na forma de sistemas de provisão (*systems of provision*) que integram verticalmente cadeias de atividades e significados, diferenciadas entre si conforme os grupos de alimentos que congregam. Ressaltam o significado crucial dos fatores orgânicos em ambos os extremos desses sistemas, isto é, na produção e no consumo, e também a imposição de normas alimentares ao consumo em termos das conexões entre grupos de mercadorias cujos vínculos se assentam em relações subjacentes social e historicamente contingentes. Já para Barthes (1961), o significado da alimentação e os fatores que explicam sua composição são definidos na órbita da sua transformação e do consumo e não da produção, já que a comida (o que se come, a *nourriture*) é um sistema de comunicação por constituir um signo, ao lado de cumprir com sua função biológica primária. As unidades desse sistema de comunicação reunidas no “espírito” da comida (conjunto coerente de traços alimentares) raramente coincidem com os produtos alimentares que a economia trata habitualmente, e dão origem a um regime geral de gostos e hábitos. Interessante recuperar o uso precursor da noção de cardápios por Barthes (1961) como sistemas de "sintaxes" que, ao lado dos regimes (sistemas de "estilo") fazem aparecer, de forma semântica, os significados do sistema de comunicação (a

¹² É crescente número de abordagens derivadas da teoria das convenções na análise de questões relacionadas com os alimentos e a alimentação. Veja-se a abordagem sobre ordens alimentares de Niederle e Wesz (2018).

comida). Isto porque adiante nos referiremos aos cardápios dos habitantes das localidades como referência para analisar hábitos alimentares prevalentes¹³.

Conceituando Sistemas Alimentares Descentralizados

Retomando a definição antecipada na Introdução, *sistemas alimentares descentralizados correspondem aos modos como se caracterizam a produção, circulação e consumo de alimentos nas localidades, resultantes do entrecruzamento de dinâmicas com âmbito local, nacional ou internacional envolvendo uma diversidade de atores sociais, conflitos e processos decisórios igualmente multiescalares*. Sua caracterização ressalta o papel das dinâmicas urbanas na composição e articulação da produção e circulação dos bens alimentares, em especial, dos hábitos de consumo e do acesso aos alimentos pelos habitantes das localidades. Busca contemplar a política dos alimentos envolvida no conjunto complexo de atores e atividades que compõem o abastecimento alimentar. No entanto, as dinâmicas sócio-culturais relevantes provenientes do campo implicam considerar a relação cidade- campo como via de mão dupla em muitos dos aspectos envolvidos na alimentação, não obstante a condição determinante da indústria, grande varejo, meios de comunicação e dos próprios consumidores, na conformação dos hábitos alimentares.

Ao partir dos alimentos e da alimentação para chegar ao lugar ocupado pela agricultura e o mundo rural no abastecimento alimentar, essa abordagem se diferencia dos usos da noção de sistema alimentar que conferem atenção prioritária à agricultura e partem da esfera da produção para desenhar os respectivos sistemas alimentares. O abastecimento alimentar se converte em "ponto de chegada" ou, mais propriamente, um desdobramento das análises de cadeias, circuitos ou redes que se estendem do campo à cidade. Sistema alimentar, sistema agroalimentar e sistema agroindustrial se convertem quase em sinônimos; sistemas, cadeias, circuitos e redes são igualmente confundidos. Desde outro ângulo, dinâmicas econômicas e sociopolíticas essencialmente urbanas conferem complexidade sistêmica ao abastecimento alimentar, ainda que a categoria "urbano" contenha elementos do seu entorno rural. A mesma chave de leitura é aplicada no tratamento da inserção das várias formas de agricultura diversificada de base familiar nos SAD e seu lugar no abastecimento das localidades.

A chave de leitura sintetizada no parágrafo anterior tem incorporado novos elementos que resultam em enfoques que se aproximam da abordagem aqui proposta. Essas mudanças encontram guarida na versão brasileira da Conferência Internacional Agricultura em uma Sociedade Urbanizada - AgUrb, realizada em Porto

¹³ Barthes (1961) foi também um dos precursores da formulação na qual, satisfeitas as necessidades, o valor nutritivo perde gradativamente importância em relação ao valor protocolar da comida (da alimentação).

Alegre, em 2018, com uma significativa amostra dos trabalhos nela debatidos reunida na coletânea organizada por Preiss e Schneider (2020). Assumir a centralidade dos alimentos e supor o contexto de sociedades urbanizadas constituem, sem dúvida, passos importantes na superação do foco centrado nas formas de produção e circulação, mesmo que se trate da produção de base familiar. Não obstante, a permanência da agricultura como referência, não raro o ponto de partida da análise, e a caracterização de sistemas agroalimentares, em muitos casos, dificulta ultrapassar a análise de cadeias. O enfoque sistêmico aqui adotado, diferentemente, toma os alimentos (e a alimentação) como ponto de partida para chegar à agricultura e o rural, ainda que reconhecendo haver aí uma relação de mão-dupla.

O enfoque nos SAD tampouco se confunde com a noção cada vez mais difundida de sistemas alimentares urbanos (Wiskerke, 2015; Kasper, Brandt, Lindschulte & Giseke, 2017), embora haja aspectos presentes em ambas abordagens. Impulsionado pela expansão das diversas formas de agricultura urbana e periurbana, o enfoque em sistemas alimentares urbanos foi incorporando questões de distribuição, logística e acesso aos alimentos em núcleos urbanos complexos, disponibilidade de alimentação saudável e até a redução das repercussões ambientais e nas mudanças climáticas pela origem longínqua de boa parte dos alimentos. A referência ao urbano do enfoque nos SAD, por seu turno, é feita por meio da noção de 'localidades' e adota um critério de espacialização que enfatiza as dinâmicas multiescalares que sobressaem entre os determinantes do acesso e consumo de alimentos, assim como das formas de produção e distribuição desses bens. Tem também o propósito indissociável de jogar luz sobre os atores sociais e os conflitos envolvidos, vale dizer, sobre a política dos alimentos em sua expressão local. A pergunta sobre como as cidades se alimentam parece ser comum às abordagens nos SAD e nos sistemas alimentares urbanos, sugerindo complementaridade entre elas. No entanto, mais promissora seria a interlocução com aquelas que identificam a incidência da alimentação nos modos de organização das cidades e na vida das pessoas (Steel, 2008) que, como na abordagem aqui proposta, tem os alimentos e a alimentação como ponto de partida na construção de sua problemática.

As escalas de análise e, portanto, de intervenção são uma dimensão constitutiva da abordagem dos SAD, pois a questão alimentar assume características distintas conforme se refira aos indivíduos e domicílios até os âmbitos nacional e global. Categorias analíticas e instrumentos de intervenção próprios são requeridos, enquanto que a interação entre escalas dá origem a relações de condicionamento e determinação recíprocas. A condição alimentar e nutricional de indivíduos e domicílios reflete determinantes específicos e também fatores de ordem geral.

Analogamente, ações desenvolvidas localmente dirigidas a indivíduos e domicílios repercutem no perfil alimentar e nutricional do conjunto da população.

Igualmente multiescalar deve ser a abordagem dos sistemas alimentares, como também a do abastecimento alimentar, fundamento da relevância da noção de SAD e da consistência de um de seus propósitos que é atribuir um 'lugar' ao plano local e, a partir dos alimentos e da alimentação, caracterizar as múltiplas dinâmicas sistêmicas que nele interagem. Vários fatores ou dinâmicas se definem em âmbito nacional permitindo falar em um sistema alimentar nacional, assim como outras extrapolam as fronteiras nacionais correspondendo a um sistema alimentar mundial especialmente relevante para alguns produtos e na organização internacional da produção agroalimentar e industrial. Ambos os sistemas são promovidos ou apoiados por grandes corporações e pelos Estados nacionais ou bloco de países. Têm dimensão nacional ou internacional a composição e volume da demanda e oferta agregadas, articulação de mercados, formação de preços e estoques, fluxos comerciais, progresso técnico, meios de comunicação e formação de hábitos, e formulação de políticas públicas.

Circuitos ou fluxos com menor amplitude espacial e escala de operação - locais, territoriais ou regionais - coexistem com as referidas dinâmicas nacionais e internacionais, assentados em dinâmicas locais que os torna, presumidamente, mais propensos à circulação de alimentos com menor grau de processamento e maior conformidade com a diversidade socioambiental e cultural entre os países e no interior destes. A coexistência pode acarretar a coincidência dos agentes econômicos e canais por onde circulam boa parte dos alimentos oriundos das distintas dinâmicas, como o revela o predomínio dos supermercados na distribuição e varejo, como também a (re)apropriação pelos atores locais de características gerais do sistema alimentar nacional ou mundial. Delineiam-se, assim, no plano local, sistemas alimentares com características socioeconômicas, políticas, culturais e ecológicas próprias a cada contexto socioespacial, entrelaçamentos e combinações que proponho denominar de sistemas alimentares descentralizados (SAD).

A referida coexistência de sistemas alimentares implica a presença de atores sociais com distintas naturezas, bem como determinados papéis do Estado e das políticas públicas que vão além da função reguladora convencional para incidir na própria conformação desses sistemas. No que se refere ao abastecimento alimentar, sem desconhecer as questões próprias dos âmbitos nacional e internacional, a análise se volta para as particularidades da política dos alimentos refletidas no 'jogo de atores' em torno da questão alimentar em nível local ou territorial, porém, sem incorrer em algum tipo de "localismo"¹⁴. Atenção particular é dada à inserção da

¹⁴ A relevância da dimensão local nas políticas de abastecimento ratifica o alerta de Goodman et al. (2012) quanto aos riscos dos "localismos não reflexivos".

agricultura diversificada de base familiar em dinâmicas multiescalares devido a sua relevância ao enfoque na soberania e segurança alimentar e nutricional aqui adotado. Localidades correspondem, na maioria dos casos, a núcleos urbanos (cidades) de médio e grande porte, a partir dos quais o foco de observação é ampliado para o âmbito territorial relevante, em cada caso, para compreender a relação urbano-rural e as dinâmicas de abastecimento alimentar¹⁵. São distintas as questões nas cidades de pequeno porte, incluindo a influência de dinâmicas oriundas das cidades de maior porte ou polos regionais.

Adota-se a premissa de que a operacionalização da noção de sistema alimentar requer, sempre, uma referência espacial que, neste caso, está baseada na amplitude espacial e grau de controle ou coordenação dos fluxos de bens e serviços que conformam os sistemas alimentares respectivos, portanto, implicando agentes econômicos e atores sociais de determinados tipos e escalas de atividade. Adotado o critério espacial como diferenciador principal que resulta em sistemas alimentares com várias escalas, os SAD constituem um tipo de arranjo entre outros possíveis de serem caracterizados, neste caso visando uma abordagem multiescalar do abastecimento das localidades. Admitir a pluralidade de sistemas entrelaçados não dilui a diferenciação entre sistema como um conjunto multifacetado pleno de tensões e conflitos, e cadeia enquanto etapas inter-relacionadas pelas quais trafegam os bens.

A ideia-força do enfoque sistêmico sobre relações sistêmicas assentadas em fluxos de interdependência e mecanismos de coordenação contribui para a abrangência e não segmentação da análise dos alimentos e da alimentação que, como antes afirmado, considera-se representarem o "todo" da razão sistêmica cujo sentido é dado pelas inter-relações entre as partes (Prado, 2011). Acrescente-se a conclusão de Rist *et al* (2016) de que a premissa da coexistência de sistemas alimentares distintos - com conflitos e, mesmo, substituições recíprocas (*trade-offs*) - implica avaliar não apenas cada um deles, mas também o resultado conjunto de sua interação.

A superposição dos fluxos de bens distintos e a presença de agentes comuns podem ser identificados ao combinar escala, diferenciação de produtos e interpenetração de agentes centralizadores dos fluxos de cadeias integradas nacionais e internacionais e circuitos regionais ou locais (Maluf, 2004). Destacam-se as atividades relacionadas com a distribuição de alimentos, em especial, na esfera do varejo na qual a capacidade dos supermercados abarcarem um leque amplo e diversificado de produtos alimentares resulta na centralização dos respectivos fluxos

¹⁵ Friedman (2016) avaliou a soberania alimentar na região de Ontário (Canadá) com base no histórico das relações mantidas pelas cidades com o seu entorno rural e em dois movimentos entrelaçados: as transformações havidas na agricultura desse entorno e os hábitos alimentares dos moradores das cidades em expansão.

de bens e no reforço da sua condição de forma predominante de comércio e instrumento poderoso de relação com os consumidores. A chegada das redes de supermercados de porte regional e nacional em ambas as localidades pesquisadas, Juazeiro e Chapecó, exemplifica o fenômeno generalizado no país de reestruturação do conjunto diverso de equipamentos que compõem o varejo de alimentos nas cidades, tanto a venda direta ao consumidor quanto no fornecimento ao pequeno varejo tradicional.

Em Juazeiro, a maior disponibilidade e variedade de bens explica-se, principalmente, pela integração em circuitos nacionais e internacionais, fortalecimento de uma central atacadista, instalação de redes regionais e nacionais de supermercados e avanço da agricultura capitalizada. Convivem naquela região a fruticultura irrigada especializada de média e larga escala, o monocultivo de cana-de-açúcar em grandes áreas e expressivo contingente de agricultura familiar de *sequeiro* com produção diversificada adaptada ao clima quente e seco do bioma Caatinga; investimentos públicos em tecnologias sociais (cisternas rurais e eletrificação) favoreceram a diversificação produtiva da agricultura familiar com caprinocultura, ovinocultura, apicultura, criação de galinhas, extrativismo de frutas nativas e cultivos de feijão, milho, mandioca e palma (Lasa & Santos, 2008; Cezimbra, 2008). Ao mesmo tempo, atores sociais mobilizam-se para promover acesso a 'alimentos de qualidade' (típicos, agroecológicos, frescos, pouco processados) por meio de um conjunto diverso de ações baseadas na valorização da cultura local.

A referida central atacadista de Juazeiro exerce papel significativo no abastecimento alimentar daquele território e outras regiões do Nordeste, bem como as empresas empacotadoras e distribuidoras de alimentos semiprocessados. Ao mesmo tempo, muitos dos alimentos produzidos localmente em menor escala circulam em redes informais de comercialização ou são ofertados em espaços para comercialização na zona urbana, conformando uma diversidade de formas de abastecimento e de produtos locais e oriundos de várias regiões do Brasil. No entanto, a instalação recente de grandes redes de supermercados, distribuidoras e empacotadoras de alimentos no território constituiu o vetor principal das mudanças significativas na aquisição dos alimentos e, conseqüentemente, na alimentação da população (Luz & Maluf, 2019).

No caso de Chapecó, o padrão de interdependência entre o urbano e o rural tem forte influência da agroindústria de grande porte e sua articulação com significativo contingente de agricultura de base familiar, influência que ainda se mantém mesmo com a diversificação das atividades urbanas (Fujita, 2011). Assim, a preservação de hábitos por vínculos familiar, cultural ou social com o meio rural, com raízes europeias (italianos, alemães e poloneses) ou nativas (caboclos e

indígenas) (Tonezer, Amaral, Cervini & Martinazzo, 2018), convive com novos hábitos trazidos pelas pessoas oriundas de outras localidades e com a diversificação das atividades urbanas. Assim como Juazeiro, Chapecó é um centro urbano suficientemente populoso e diverso para que nele coexistam práticas alimentares distintas e cardápios combinando tendências nacionais e internacionais com antigos hábitos, no caso trazidos por imigrantes europeus ou oriundos da cultura cabocla, ao lado de novas atitudes, crenças e modismos que, há tempos, envolvem também as famílias rurais (Maluf & Zimmermann, 2020)¹⁶.

A predominância dos supermercados como local de compra e difusão de hábitos alimentares não se dá sem contestação e nem é extensiva a todo o elenco de produtos alimentares, muitos deles comercializados em feiras, mercados públicos, padarias, açougues e varejo de pequeno porte em geral, em especial as feiras da agricultura familiar. É evidente em Chapecó a importância das feiras conquistadas pelos agricultores junto à sociedade e ao poder executivo municipal (Fossá & Badalotti, 2018), e instrumento de resgate da identidade dos alimentos na relação direta produtores e consumidores (Cigognini, Piana, Santos & Bonamigo, 2015) e de fortalecimento da produção para o autoconsumo dos agricultores feirantes com repercussão em sua segurança alimentar e nutricional (Pozzebom, Ludtke, Rambo & Gazolla, 2015). Esse importante aspecto é transpassado pelas desigualdades sócio-espaciais da malha urbana diferenciando hábitos alimentares e de compra entre moradores da área central com maior renda e de bairros periféricos (Maluf & Zimmermann, 2020).

O papel aglutinador de fluxos de alimentos exercido por determinados agentes levou Goodman *et al* (2012) a problematizar o qualificativo "alternativo" aplicado às redes alimentares em face da expressão cada vez maior dos híbridos formados entre os sistemas ditos alternativo e convencional. Procedimento análogo pode-se adotar na crítica aos usos da noção de sistema para diferenciar cadeias segundo o grau de processamento ou outros quesitos dos produtos que nelas trafegam, por exemplo, sistema agroindustrial, ou ainda para estabelecer contraposições como sistema tradicional-moderno ou sistema industrial-artesanal. Embora importantes para contrapor modos de produzir e padrões de consumo, há que atentar para o risco de 'fatiar' agentes econômicos, atores sociais e consumidores como se estivessem integrados a um ou outro sistema. Afinal, corporações manejam cestas de produtos distintos entre si, agricultores familiares costumam ter composição diversificada de produtos, e consumidores mesclam comportamentos que resultam em dietas híbridas.

¹⁶ Diferenças cada vez menos nítidas no comportamento de famílias rurais e urbanas em ambas as localidades negam idealizações contrapondo hábitos alimentares supostamente mais saudáveis das primeiras frente aos prevalentes no mundo urbano. Cresce a parcela dos habitantes das cidades que busca alimentos naturais ou saudáveis, assim como cresce a incorporação de produtos industrializados/transformados pelas famílias rurais.

Com relação aos mecanismos de coordenação na forma de espaços públicos e privados que tratam das complementaridades, tensões e conflitos entre os componentes dos sistemas, pode haver espaços e mecanismos específicos ou dedicados principalmente às dinâmicas sistêmicas com amplitude nacional (agências reguladoras, câmaras e comitês intersetoriais ou temáticos, conselhos de participação social) e de âmbito internacional (organismos regulatórios internacionais). Já nos espaços e mecanismos no plano local é preciso identificar como repercute a coexistência de dinâmicas multiescalares, inclusive e principalmente ao lidarem com escolhas e estratégias dos agentes com menor escala e amplitude que, de algum modo, se diferenciam dos dominantes de grande porte. A participação de entidades e movimentos sociais diretamente engajados em atividades de produção e comercialização são uma expressão forte da política dos alimentos nesse plano, incidindo sobre o formato e funcionamento de vários mecanismos de coordenação, em especial, se contrapondo às referidas dinâmicas dominantes¹⁷. Completa esse quadro o fato de serem mais próximas as relações dessas entidades e organizações, assim como das empresas privadas, com representações governamentais e, portanto, com a implementação de políticas públicas e com mecanismos que dão suporte ou regulam sua atuação.

Esclareça-se que não se supõe possível, em nenhuma das três esferas de governo, haver mecanismos e instrumentos de coordenação pública capazes de abranger, plenamente, os sistemas alimentares e, menos ainda, de regulá-los de modo harmônico, suposição que contradiria a natureza e características aqui atribuídas aos sistemas alimentares. Contudo, identificar tais mecanismos e analisar sua atuação tem grande importância na aplicação do enfoque sistêmico e da abordagem nos SAD, ela sim com pretensões de ir além da segmentação em cadeias e produtos ou de limitar-se aos critérios espaciais dos enfoques de sistemas locais e territoriais quando recortados e analisados em si mesmos.

Por fim, no Brasil e em quase toda a América Latina, a análise de qualquer questão relevante deve, obrigatoriamente, ser perpassada pela elevada desigualdade social. Assim, o intuito de desenvolver uma análise sistêmica que coloca acento na ação humana (nos atores sociais ou nos agentes econômicos), mais do que em conexões técnicas ou materiais (elos e cadeias), conduz à percepção de que a "maneira como os setores humanos se organizam para obter seus alimentos" reflete e, em grande medida, reproduz as desigualdades entre eles. Isto pode ser verificado tanto pelo lado do desigual poder de determinação das dinâmicas econômicas e de apropriação da riqueza nas atividades associadas aos alimentos e à alimentação, quanto pelo lado das restrições de acesso dos que não conseguem

¹⁷ Os espaços políticos e eventos em Juazeiro em que atores sociais mobilizam recursos e se posicionam frente às questões alimentares incluem conselhos, festivais, mercados de produtores e encontros. (LUZ; MALUF; 2019).

obter sua alimentação de forma regular e adequada e se veem submetidos à má alimentação e à fome. Entre as questões de pesquisa daí derivadas, mencionem-se a verificação de como os SAD reproduzem os processos e dinâmicas geradoras de desigualdades que restringem o acesso ou a produção de alimentos, ou então como as desigualdades sociais e a própria má nutrição são (ou não) visíveis e tratadas na política dos alimentos na esfera local.

Alimentação, abastecimento e agricultura familiar

A abordagem multiescalar dos sistemas alimentares e a noção de SAD permitem chegar nos territórios e localidades de modo a captar os atores sociais e a política envolvidas na disponibilidade e acesso aos alimentos e à alimentação e na própria formação de hábitos alimentares em tais unidades socioespaciais. Esse é o pano de fundo da análise do abastecimento das localidades assentado na interação entre sistemas alimentares com distintas escalas, envolvendo fluxos e interações entre um conjunto heterogêneo de atores sociais, agentes privados e organizações públicas, e uma intrincada articulação entre mercados locais, regionais, nacionais e internacionais mediando a produção e o acesso aos alimentos (Maluf, 2017). A interação constitutiva dos SAD influencia ao mesmo tempo em que reflete a combinação de dietas ou hábitos alimentares (cardápios) nas localidades respectivas ou, desde outro ângulo, os hábitos de consumo alimentar e as correspondentes formas de acesso aos alimentos se defrontam com dinâmicas multiescalares compostas de fluxos de produtos oriundos de circuitos curtos (locais, territoriais ou regionais) perpassados por fluxos nacionais e até globais de produção e distribuição de alimentos.

Sabe-se que o sólido conjunto econômico formado pela produção agroalimentar de grande escala, a indústria de alimentos e a grande distribuição coloca limites às políticas nacionais de abastecimento alimentar. O controle sobre fluxos internacionais exercido por grandes corporações, com o apoio de alguns poucos e poderosos estados nacionais ou blocos regionais, e o alegado papel de universalizar o acesso aos alimentos cumprido pelo sistema alimentar mundial, são objeto de fortes e crescentes ressalvas por promoverem a homogeneização dos processos produtivos e do consumo alimentar e pelos impactos sócio-ambientais do monocultivo agrícola e da pecuária de grande escala¹⁸. Acrescentem-se a barreira eficaz à alimentação saudável em face do barateamento, nem sempre por fatores de competição, dos alimentos processados ou oriundos da produção convencional sob controle de grandes corporações (Heywood, 2013; Busch, 2010; Reardon, Timmer & Berdegue, 2004), e redução da diversidade dos bens ofertados pela indústria alimentar fruto do requisito de escala para alimentar cidades em franco crescimento

¹⁸ Porta vozes desse modelo recorrem à problemática noção de segurança alimentar global baseada no comércio internacional que nunca foi fonte confiável de segurança alimentar e ainda menos de soberania alimentar.

(STEEL, 2008). Mais grave, o menor preço relativo acompanhado da padronização dos alimentos mais acessíveis tem origem e fortalece a agricultura dos monocultivos e amplo uso de químicos e transgênicos (IPES- FOOD, 2016), bem como a indústria e seus alimentos ultraprocessados (Louzada et al, 2015; Nestle, 2013), ambos com elevados custos sociais, ambientais e para a saúde humana. Ao mesmo tempo, daí resultam pressões sobre as redes ditas alternativas e a colocação dos produtos com qualidades específicas como inacessíveis à maioria da população (Goodman *et al*, 2012; Luz & Maluf, 2019).

Como antecipado, a análise do desdobramento das referidas dinâmicas globais e nacionais em âmbito subnacional (regional, territorial e local) requer uma abordagem multiescalar e igualmente reflexiva da política dos alimentos que evita idealizações comuns aos localismos¹⁹. Em lugar de supor que promover sistemas alimentares locais e aproximar produção e consumo garantem, por si só, uma produção de alimentos mais justa, igualitária ou saudável, Goodman *et al* (2012) propõem um "localismo reflexivo" que compreende a política dos alimentos no plano local como reflexiva e processual, assumidamente imperfeita e associada a uma concepção igualmente reflexiva de justiça alimentar²⁰. Uma política dos alimentos local democrática deve assentar-se em processos inclusivos, corrigir o apagamento da política, da diferença, da desigualdade e injustiça social, e contrapor-se a certezas normativas, de modo a que as estratégias e políticas descentralizadas de abastecimento e a promoção de sistemas alimentares sustentáveis não gerem mais distinções e iniquidades relacionadas com a alimentação (Friedman, 2000; Goodman et al, 2012). Desloca-se, assim, o foco convencional nas políticas alimentares (*food policies*) para tratar da política dos alimentos (*food politics*) por meio da análise dos atores, interesses e conflitos envolvidos em processos abertos e conflituosos relacionados com alimentos e alimentação, análise que abarca a política pública na forma de programas e demais ações governamentais.

A perspectiva processual ajuda a compreender os fatores que tornam comum a ocorrência de dinâmicas híbridas resultantes das estratégias e ações dos atores que

¹⁹ Os limites deste ensaio impedem revisar a reflexividade da vida social moderna de Giddens (1991), ou os sentidos cognitivo e estético da reflexividade de Lash & Urry (1994). Basta mencionar que para Goodman *et al* (2012, p. 30), a reflexividade não é um conjunto de valores, mas um processo pelo qual as pessoas perseguem objetivos reconhecendo a imperfeição de suas ações.

²⁰ Justiça alimentar é uma referência lançada por movimentos urbanos dos Estados Unidos cuja generalização carrega a perspectiva de promover justiça social por meio dos alimentos, enfatizando as iniquidades que afetam o acesso à alimentação (Gottlieb & Joshi 2010; Clendenning, Dressler & Richards., 2016). Pode-se aplicar na concepção reflexiva de justiça alimentar de Goodman *et al* (2012) a ideia de justiça imperfeita de Sen (2011) que propõe superar ou remover injustiças corrigíveis ou remediáveis com base em "normas certas" e "comportamento socialmente apropriado". As mudanças sociais necessárias para enfrentar tais iniquidades se fazem por meio de política igualmente imperfeita (Cadieux & Slocun, 2015)

levam a interações e, mesmo, entrelaçamentos entre sistemas alimentares. Tome-se o aparente paradoxo de iniciativas que acrescentam diversidade no abastecimento alimentar e na dieta da população poderem passar pelas mesmas cadeias ou agentes econômicos tidos como comprometedores da diversidade. Além disso, cadeias nacionais ou mesmo globais desempenham papel no acesso a alimentos não produzidos localmente por falta de aptidão ou por outros fatores, ainda que resultando em controversa padronização de hábitos. Tais dinâmicas são observáveis desde os ângulos complementares dos fluxos de abastecimento e formação de hábitos alimentares.

Por um lado, estabelecer contrastes entre cadeias e redes distintas e diferenciar os produtos que por elas circulam não implica supor mundos apartados, dicotômicos ou duais que, ademais, se emaranham por conta das características sociopolíticas próprias das formações sociais das respectivas localidades e das próprias estratégias mercantis e disputas em torno do abastecimento. Com relação, especificamente, à contraposição entre alternativo e convencional, Goodman *et al* (2012) identificam interações mais que mundos apartados, e a proliferação de expressões híbridas criando novos e ainda mais complexos “mundos da comida”, ao mesmo tempo em que o processo dialético entre mercado e movimentos sociais faz com que valores como justiça social e sustentabilidade ecológica coexistam com o sistema capitalista hegemônico que busca adaptá-los a suas estratégias. Aqui reside um bom ponto de discussão quando se adota uma abordagem relacional e processual da coexistência e coevolução de formas 'alternativas' de organização social com a sociedade capitalista contemporânea, neste caso quanto aos limites das transformações obtidas com a incrustação de valores alternativos nas formas convencionais de abastecimento alimentar e nos circuitos globais de comércio. De todo modo, reflexividade e visão processual propiciam melhor precisão conceitual e analítica da inserção das redes alimentares (*food networks*) no provisionamento das localidades, em linha com Marsden *et al* (2000) e Morgan *et al* (2006).

Desde outro e complementar ângulo de observação, tem-se a presença de confluências e hibridismos nas escolhas e na composição das refeições rotineiras pelos diferentes setores sociais da população e em diferentes circunstâncias nas quais são consumidos alimentos²¹. A formação de hábitos alimentares resulta de múltiplos fatores, com destaque para as disputas de narrativas e estratégias comerciais não tratadas aqui, mas que estão subjacentes às ditas confluências e hibridismos. Mencione-se o tratamento das normas alimentares que conectam grupos de alimentos na esfera do consumo que vimos com Fine *et al.* (1996) e,

²¹ A pesquisa em Juazeiro revelou que mesmo os pratos servidos em eventos do "movimento alimentar" são influenciados por um misto de cultura alimentar local e hábitos associados a padrões globais, resultando em menus híbridos e receitas com antiga tradição preparadas com ingredientes processados (Luz & Maluf, 2019).

principalmente, a vasta contribuição dos estudos sobre cultura alimentar. Sem espaço para adentrar nessa literatura, inclua-se a imprescindível ótica da diversidade quando lidamos com os alimentos e da alimentação. Diversidade cultural estava implícita no estudo ecológico de Josué de Castro ([1946]1992) do qual derivou tanto aspectos de adaptação ao meio (semi árido) quanto a construção de identidades (sertanejo). Outra dimensão da diversidade é aportada por Declerck (2013) ao relacionar diversidade ecológica expressa na diversidade de espécies, e diversidade alimentar e saúde humana, concluindo que o fenômeno contemporâneo de perda de diversidade nos ecossistemas resulta em redução da qualidade nutricional da alimentação humana atualmente reduzida a poucas espécies animais e vegetais. Destaco sua observação sobre a interação entre as espécies ser tão ou mais importante que o número delas para o fornecimento e estabilidade de funções nutricionalmente essenciais.

As pesquisas realizadas em Juazeiro e Chapecó não estiveram orientadas pela ótica acima, porém, algumas constatações ilustram a conjugação de elementos socioeconômicos e culturais, território e diversidade ecológica no acesso aos alimentos e formação de hábitos alimentares de famílias rurais. No caso de Juazeiro e do território Sertão do São Francisco, as várias iniciativas de apoio à produção e consumo de alimentos produzidos localmente defrontaram-se com condições climáticas adversas fruto de uma das piores secas em décadas, ao mesmo tempo em que ações públicas trouxeram modificações significativas nas condições de vida das famílias rurais não descoladas, é claro, do que ocorre com as famílias urbanas. As estratégias de obtenção dos alimentos e a própria composição da alimentação das famílias rurais vem sofrendo mudanças, pois as restrições à produção própria de alimentos foram acompanhadas pela monetização da sua reprodução, acesso a serviços públicos e proximidade com as cidades. A disponibilidade de renda propiciada por transferências públicas (Bolsa Família e Seguridade Social) e programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE), e de energia elétrica possibilitam a aquisição e consumo de produtos industrializados e processados. Vimos que entre os determinantes da incorporação desses hábitos alimentares se encontram os preços relativamente menores dos alimentos processados industrializados em face da valorização dos produtos locais típicos; chega-se a ter casos de agricultores que comercializam quase toda produção própria e adquirem no mercado os alimentos consumidos por sua família. Os cardápios locais contemplam alimentos e preparos típicos regionais - como a carne de bode, farinha de mandioca e o cuscuz de milho - mesclados com alimentos processados e 'sem origem' - como o pão de trigo, frango de granja e embutidos - de modo que a valorização da cultura alimentar local é acompanhada de manifestações das tendências mais gerais do consumo de alimentos (Luz & Maluf, 2019).

No caso da pesquisa em Chapecó e municípios limítrofes, onde são igualmente significativas as ações e políticas promotoras da cultura alimentar local, foi possível avançar na aferição da diversidade alimentar com base em recordatório das refeições realizadas pelas famílias agrícolas entrevistadas. Com esse procedimento chegou-se ao elevado total de duzentas e noventa e sete variedades de produtos alimentares e preparações consumidas por essas famílias, sendo igualmente importante a variedade dos alimentos oriundos de produção própria para autoconsumo. Embora presente em quase todas as categorias de famílias entrevistadas, a diversidade da produção e consumo de alimentos é mais acentuada entre as famílias inseridas em circuitos curtos e com pequenas agroindústrias (formais e informais), um indicativo de que a diversidade do consumo alimentar das famílias agrícolas está diretamente associada à diversidade de práticas produtivas, de processamento e de relações comerciais mantidas por essas famílias. Confirmando o que se disse sobre o contexto diferenciado do Oeste catarinense, mesmo as dietas das famílias com menor diversidade não se caracterizam como propriamente pobres em termos calóricos e proteicos, pois ao lado das leguminosas e vegetais elas incluem as carnes cujo consumo é, usualmente, considerado como sinal de maior capacidade de acesso aos alimentos (Maluf & Zimmermann, 2020).

Ficou evidenciado, tanto em Juazeiro como em Chapecó, o papel das relações familiares ou dos elos de sociabilidade em geral no acesso a alimentos ou preparos típicos e a produtos tidos como mais saudáveis, a semelhança do observado em outras regiões. Juntando-se essa evidência com a questão dos preços relativos já mencionada, retoma-se o ponto sobre a eventual tendência de alimentos com qualidades específicas (típicos, locais, agroecológicos) serem acessados por consumidores igualmente específicos ou diferenciados, ao mesmo tempo em que seu consumo pode se ver reduzido entre as próprias famílias agrícolas e se tornar proibitivo para as populações urbanas com menor poder aquisitivo ou desconectadas com o entorno rural. De todo modo, não restam dúvidas sobre a relevância da inter-relação urbano- rural na alimentação das populações que vivem em ambas as áreas, uma via de mão-dupla que preserva antigos e forma novos hábitos alimentares, além de constituir fonte de provisão de alimentos nas formas de compras, trocas e compartilhamentos²².

Essa inter-relação depende, claro, de um entorno rural com presença ainda significativa de produção agroalimentar de base familiar e diversificada, conexão que pode se desfazer em face da tendência em direção a uma agricultura com maior especialização e escala conectada com circuitos nacionais e internacionais,

²² A "cidade sitópica" proposta por Steel (2008) - "sitopia" pela junção de sitos (alimento) e topos (lugar) - seria aquela em estreita relação com seu entorno via os alimentos, com mercados ativos e lojas locais, forte sentido de identidade alimentar, casas com cozinhas amplas e confortáveis, escolas locais ensinando sobre alimentos e, acima de tudo, a celebração da comida.

perdendo-se o potencial sinérgico da proximidade física entre produtores e consumidores que demanda, ademais ação pública para se efetivar (Maluf, 2004). As paisagens produtoras de alimentos podem resultar do princípio da diversidade ecológica ou serem afetadas pelo predomínio do princípio da produtividade por área que resulta em grandes superfícies cobertas com monocultivos ao lado de cultivos mais biodiversos, em pequena e média escala de produção. Os numerosos trabalhos sobre circuitos curtos de produção, distribuição e consumo e seu papel na promoção do desenvolvimento rural sustentável e da alimentação saudável, procuram explorar as possibilidades de inserção da agricultura de base familiar em tais circuitos e, por este caminho, no próprio abastecimento alimentar. A premissa da interação entre circuitos e dinâmicas de abastecimento alimentar adotada pelo enfoque nos SAD problematiza as complexas relações que se estabelecem entre atores sociais e agentes econômicos numa rede imbricada e, não raro, de difícil percepção. Vimos que essas interações tornam enganosas e, por vezes, falsas as contraposições absolutas entre alternativo x convencional, local x global, natural x artificial, artesanal x industrializado no que se refere a modos de produção e circulação dos alimentos.

Sem ignorar a importância de valorizar as dinâmicas locais e de se contrapor aos aspectos críticos dos modelos ditos convencionais, constatar a proliferação de formas e estratégias híbridas, tendência apontada pela literatura (Goodman *et al.*, 2012), não torna menos importante o papel das referidas dinâmicas locais no acesso ao alimentos e na adequação da alimentação. Quanto aos cardápios alimentares, nota-se uma tendência à padronização da alimentação seja pelo acesso facilitado a alimentos de baixo custo e menor qualidade, seja por mudanças no estilo de vida. Porém, ao mesmo tempo, alimentos locais, típicos e frescos passam a ser valorizados, coexistindo com alimentos industrializados e processados nas refeições diárias, conforme apontado por autores como Morgan *et al.* (2006) e constatados nas pesquisas realizadas em Juazeiro e Chapecó.

Considerações finais

Nessas considerações finais busco indicar desdobramentos da perspectiva ensaística que caracteriza o presente artigo sobre a natureza multiescalar dos sistemas alimentares e a proposição da noção de sistemas alimentares descentralizados para abordar a interação entre eles, refletindo determinantes sistêmicos formados nas escalas nacional e internacional e as especificidades quando se chega às localidades e respectivos territórios. O procedimento adotado para a "aterrissagem" no plano local toma as localidades como ponto de observação a partir do qual o olhar é ampliado de modo a abranger o território relevante para analisar a alimentação de seus habitantes, em especial os aspectos dos tipos e origem dos alimentos consumidos, composição dos cardápios e formas de aquisição. As localidades e territórios constituem a escala de análise na qual ficam mais

evidentes as complementaridades, conflitos e hibridismos resultantes da, ou associados à coexistência de sistemas alimentares e onde melhor são observadas as manifestações dos hábitos alimentares e respectivos cardápios de um modo que valoriza, como se deve, a diversidade sócio-cultural e ecológica.

Um dos desdobramentos da abordagem aqui proposta se refere aos critérios e fatores principais para caracterizar e, portanto, diferenciar os sistemas alimentares descentralizados, sem necessariamente construir uma tipologia desses sistemas propriamente dita. Pode-se ao menos apontar os elementos principais dessa caracterização relacionados com as peculiaridades dos territórios respectivos (processo de ocupação e paisagem alimentar), perfil sociocultural, relações urbano-rural, densidade organizacional e marco político-institucional.

A premissa de sistemas alimentares multiescalares interagindo na forma de sistemas alimentares descentralizados tem sua principal aplicação, embora não a única, na análise do abastecimento alimentar nos vários planos em que essa análise deve ser feita. A abordagem multiescalar dos sistemas alimentares é também um requerimento para a adoção das referências da soberania e segurança alimentar e nutricional em ações e políticas públicas, não apenas pelo fato de elas remeterem a objetivos multidimensionais requerendo articulação de ações, como também em face da organização de sistemas de políticas públicas que no caso brasileiro deu origem à instituição de um Sistema Nacional de SAN. Não há que confundir o uso analítico do enfoque sistêmico e sua utilização como modelo organizacional do Estado, porém, caberia uma pesquisa sobre as possibilidades de um sistema de políticas públicas abarcar e poder atuar sobre sistemas alimentares.

Sabe-se da importância das iniciativas locais ou territoriais, governamentais e não governamentais relacionadas com a produção, circulação e consumo de alimentos, visando por exemplo a inserção mercantil da agricultura de base familiar e a promoção de uma alimentação adequada e saudável, no entanto, as quais requerem a consideração das correlações entre os vários âmbitos das dinâmicas sistêmicas. Na mesma direção, explorar temas de desenvolvimento suscitados pelas formas de produção, distribuição e consumo de alimentos nas localidades e seus territórios, como é o caso da promoção da produção agroalimentar oriunda da agricultura diversificada de base familiar, implica considerar as dinâmicas com diversas amplitudes e agentes econômicos com distintos portes que se entrecruzam nas localidades e em âmbito territorial.

Isto nos leva, por fim, à questão da política dos alimentos que, como os demais aspectos envolvidos, deve ter suas manifestações no plano local e territorial analisadas de modo articulado com seu tratamento nos demais âmbitos, especialmente, nesse caso, no plano nacional para onde confluem a maioria dos conflitos em torno dos alimentos e da alimentação. Mencionou-se a preocupação

de não incorrer em localismos não reflexivos com uma ótica na política dos alimentos que busca caracterizar o "jogo de atores" em torno da questão alimentar refletido nas escolhas, estratégias adotadas e conflitos. Destaque-se, a propósito, a apropriação ou "tradução" das políticas alimentares nacionais e estaduais em função das especificidades próprias das localidades e seus territórios e, especialmente, do modo como nelas se conforma o referido jogo de atores e os recursos de poder que mobilizam. Por último, mas não menos importante, chamo a atenção para a relevância de seguir essa abordagem na direção de identificar os espaços públicos e privados em que se manifesta a política dos alimentos no plano local e territorial, os mecanismos e instrumentos de coordenação e enfrentamento de conflitos e, principalmente, o aspecto da participação social em ambiente democrático.

Referências bibliográficas

- Agamben, G. (2017). *O uso dos corpos*. S. Paulo: Boitempo.
- Arce, Alberto and Long, Norman (2010). *The rise and challenges of an Anthropology of development*. Wageningen University. (Final draft).
- Barthes, R. (1961). Pour une psycho-sociologie de l'alimentation contemporaine. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 16^e année, 5, 977-986.
- Bertalanffy, L. von. (2008) *Teoria Geral dos Sistemas: fundamentos, desenvolvimento, aplicações*. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes.
- Boyer, R. (2009). Teoria da regulação – os fundamentos. S. Paulo, Estação Liberdade.
- Busch L. (2010). Can fairy tales come true? The surprising story of neoliberalism and world agriculture, *Sociologia Ruralis*, 50 (4), 331–351.
- Burlandy L, Magalhães R, Maluf RS (orgs.) (2006). *Construção e promoção de sistemas locais de segurança alimentar e nutricional: aspectos produtivos, de consumo, nutricional e de políticas públicas*. Rio de Janeiro: CERESAN/UFRRJ. (Relatório técnico 2)
- Cadieux, K. V. & Slocum, R. (2015) What does it mean to *do* food justice? *Journal of Political Ecology*, 22, 1-26.
- Capra, F. (2003) *A teia da vida, uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Editora Cultrix.
- Carneiro, M. J. (2008). "Rural" como categoria de pensamento. *Ruris*, 2(1), 9-38.
- Castro, J. [1946] (1992). *Geografia da fome - o dilema brasileiro (pão ou aço)*. R. Janeiro, Gryphus.
- Cezimbra, C. (2007) *Plano Safra Territorial do Território Sertão do São Francisco* (BA). Salvador (BA).
- Cigognini, C.; Piana, A.P.; Santos, J.D.; Bonamigo, I.M. (2019). A feira de produtos coloniais e agroecológicos de Chapecó: uma alternativa ao processo hegemônico de globalização no mundo contemporâneo? Chapecó, UNOCHAPECÓ. (Seminário Ruralidades Urbanidades)

- CIRAD (1996). *Systèmes agroalimentaires localisés (organisations-innovations et développement local)*. Montpellier (Fr.), CIRAD/SAR.
- Clendenning, J.; Dressler, W.H.; Richards, C. (2016). Food justice or food sovereignty? Understanding the rise of urban food movements in the USA. *Agriculture & Human Values*, 33, 165–177.
- Cowen, M.P.; Shenton, R.W. (1996), *Doctrines of development*. London, Routledge.
- Colonna P.; Fournier, S.; Touzard, J.-M. (2013). *Food Systems*. In: Esnouf, C.; Russel, M.; Bricas, N. (eds.), *Food system sustainability: insights from DuALIne*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 69-100.
- Cosgrove, D. (2008) *Geography and vision - seeing, imagining and representing the world*. London/N. York: I.B. Tauris.
- Declerck, F. (2013) Harnessing biodiversity: from diets to landscapes. In: Fanzo et al (eds.). *Diversifying food and diets: using agricultural biodiversity to improve nutrition and health*. Oxon (UK), Routledge, 17-35.
- Fine, B.; Heasman, M.; Wright, J. (1996) *Consumption in the age of affluence – the world of food*. London: Routledge.
- Fossá, J.L.; Badalotti, R.M. (2018). Feiras Livres da agricultura familiar: desafios e oportunidades no município de Chapecó-SC . P. Alegre, UFRGS. (Anais 3rd Int. Conf. Agriculture and Food in Urbanized Societies)
- Friedman, H. (2000). Uma economia mundial de alimentos sustentáveis. In: Bélik, W; Maluf, R. S. (orgs.). *Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização*. Campinas, Unicamp/Redcapa, 37-63.
- Friedman, H. (2016). Food sovereignty in the Golden Horseshoe region of Ontario. In: Wittman, A.; Demarais, A.A.; Fields, D. (eds.). *Food sovereignty in Canada – creating just and sustainable food system*. Halifax & Winnipeg: Fernwood Publishing, 169-189.
- Friedman, H.; McMichael, P. (1989) Agriculture and the state system: the rise and decline of national agricultures – from 1870 to the present. *Sociologia Ruralis*, XXIX (2), 93-117.
- Fujita, C. (2013). Chapecó: estrutura e dinâmica de uma cidade média no oeste de catarinense. *GEO UERJ*, 15 (24-1).
- Giddens, A. (1991). *As conseqüências da modernidade*. S. Paulo: Ed. UNESP.
- Goodman, D.; Dupuis, E. M.; Goodman, M. K. (2012) *Alternative food networks: knowledge, place and politics*. London (UK), Routledge.
- Gottlieb, R. & Joshi, A. (2010). *Food justice*. Cambridge (Ma.), MIT Press.
- Harris-White, B. (1996) Free market romanticism in an era of deregulation. *Oxford Development Studies*, 24(2), 27-45.
- Heywood, V. H. (2013). Overview of agricultural biodiversity and its contribution to nutrition and health. In: Fanzo et al (eds.). *Diversifying food and diets: using agricultural biodiversity to improve nutrition and health*. Oxon (UK): Routledge, 35-68.

- Hirschman, A.O. (1977) A Generalized linkage approach to development, with special reference to staples. *Economic Development and Cultural Change*, Vol. 25, 67-98.
- IBGE. (2017). *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil : uma primeira aproximação*. R. Janeiro: IBGE. (Estudos e pesquisas, n. 11)
- IPES-FOOD (2016). *From uniformity to diversity: a paradigm shift from industrial agriculture to diversified agroecological systems*. Brussels (Be), International Panel of Experts on Sustainable Food systems. (Report # 2)
- Kasper, C; Brandt, J.; Lindschulte, K.; Giseke, U. (2017). The urban food system approach: thinking in spatialized systems. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 41(8), 1009- 1025.
- Laerhoven, F. van; Ostrom, E. (2007). Traditions and Trends in the Study of the Commons. *International Journal of the Commons*, 1 (1), 3-28.
- Lasa, C. G. Santos, E. O. C. (2008) *Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do território Sertão do São Francisco* (BA). Salvador (BA).
- Lash, S.; Urry, J. (1994) *Economies of signs and space*. London: Sage Publications.
- Leão, M.M.; Maluf, R.S. (2012) *A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira*. Brasília (DF): Abrandh/Oxfam.
- Louzada, M.L.C. et al. (2015), Alimentos ultraprocessados e perfil nutricional da dieta no Brasil. *Revista Saúde Pública*, 49:38.
- Luz, L.F.; Maluf, R.S. (2019). Social participation in political spaces and the valuing of culture as empowering resources to promote access to quality food in Brazil. *Revue Internationale des Études de Développement*, 1 (237), 115-136.
- Malassis L.[1993], *Alimentar os homens*. Lisboa: Instituto Piaget, s/d.
- Malassis, L. (1983). Filières et systèmes agro-alimentaires. *Economie et Sociétés*, XVII(5), 911-921.
- Maluf, R. S. (1998) Economic development and the food question in Latin America. *Food Policy*, 23, 155-172.
- Maluf, R. S. (2004), Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Ensaio FEE*, P. Alegre, 25 (1), 299-322.
- Maluf, R. S. (2017). Abastecimento alimentar, inflação de alimentos e o contexto urbano no Brasil. In: Maluf, R.S; Flexor, G. (orgs.), *Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas*. R. Janeiro: E-Papers, 179-193.
- Maluf, R.S.; Zimmermann, S.A. (2020), Antigos e novos hábitos na alimentação de famílias agrícolas de Chapecó e região. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 28 (1), 48-77.
- Marsden, T.; Banks, J.; Bristow, G. (2000), Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. *Sociologia Ruralis*, 40(4), 424-438.

- McMichael, P (2009). A food regime genealogy. *Journal of Peasant Studies*, 36(1), 139-169.
- Morgan, K.; Marsden; T.; Murdoch, J. (2006), *Worlds of food - place, power and provenance in the food chain*. Oxford (UK): Oxford University Press.
- Nestle, M. (2013). *Food politics – how the food industry influences nutrition and health*. Berkeley(Ca.): University of California Press.
- Niederle, P.A.; Wesz Jr., W.J. (2018). *As novas ordens alimentares*. P. Alegre, Ed. UFRGS. Pareto, V. (1917), *Traité de sociologie générale*. Paris-Genève, Ed. Librairie Droz.
- Pozzebom, L.; Ludtke, R.C.; Rambo, A.G.; Gazolla, M. (2015). Repercussões territoriais das feiras de produtos coloniais e agroecológicos de chapecó/sc: considerações sobre a SAN e o autoconsumo dos agricultores familiares. S. Cruz do Sul (RS), UNISC.
- Parsons, T. (1951). *The social system*. N. York, The Free Press. Prado, E.F.S. (2011), *Complexidade e práxis*. S. Paulo: Ed. Plêiade.
- Preiss, P.V.; Schneider, S. (orgs.) (2020). *Sistemas alimentares no Século XXI: debates contemporâneos*. P. Alegre: Ed. da UFRGS.
- Rayner, G; Lang, T. (2012), *Ecological public health: reshaping the conditions for good health*. London (UK): Earthscan/Routledge.
- Rastoin, J-L. (2014), *Les systèmes alimentaires territorialisés: quelle contribution à la sécurité alimentaire? Introduction*. Paris, Académie d'Agriculture de France, 1-3.
- Rastoin J.L. ; Ghersi, G. (2010), *Le système alimentaire mondial: concepts et méthodes, analyses et dynamiques*. Paris: Éditions Quae.
- Reardon T., Timmer P., Berdegue J. (2004). The rapid rise of supermarkets in developing countries: induced organizational, institutional, and technological change in agrifood systems. *Journal of Agricultural Development Economy*, 1, 168–83.
- Requier-Desjardins, D. (2002). Les systèmes agroalimentaires localisés en Amérique Latine : un facteur de compétitivité de l'agro-industrie rurale su des marchés globalisés. *Economies et Sociétés*, 25 (9-10), 1421-1440.
- Requier-Desjardins, D. (2007), *Systèmes agroalimentaires localisés et qualification: une relation complexe*. Florianópolis (SC): UFSC. (Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável)
- Rist, S., Golay, C., Bonanomi, E.B., Burgoa, F.M.D., Kiteme, B.P., Haller, T., Speranza, C. I. (2016), *Towards food sustainability: reshaping the coexistence of different food systems in South America and Africa – Project description*. Bern (Sw): Centre for Development and Environment (CDE), University of Bern. (Working Paper Nº 1)
- Santos, B. S. (2001). *Crítica à Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. S. Paulo: Cortez Editora.
- Steel, C. (2008), *Hungry City – how food shapes our lives*. London: Chatto & Windus.

- Tonezer, C.; Amaral, M. N.; Cervini, S. F. M.; Martinazzo, M. R. (2018). Identidade gastronômica: patrimônio imaterial do oeste catarinense. *Geografares*, 25, 238-262.
- Vivero-Pol, J.L. (2017). *Epistemic regards on food as a commons: plurality of schools, genealogy of meanings, confusing vocabularies*. Basel (Sw.), Preprints.
- Wiskerke, H. (2015). Urban food systems. In: Zeeuw, H.; Dreschel, P. *Cities and agriculture: designing resilient urban food systems*. London: Routledge/Earthscan, 1-25.